

O behaviorismo de um ponto de vista Kohlberguiano: algumas reflexões considerações¹

Orlando Lourenço

Universidade de Lisboa

INTRODUÇÃO

Falar do behaviorismo de um ponto de vista de um desenvolvimentista Kohlberguiano não é uma tarefa fácil. Por um lado, não queria cair em críticas simplistas e injustas ao behaviorismo Skinneriano, do tipo daquelas que dizem que a análise experimental do comportamento (Skinner, 1969), bem como a filosofia da ciência que a inspira (Skinner, 1978), desumanizam o homem, ou consideram meras ficções as ideias de justiça e de moralidade (ver Dinsmoor, 1992; Richelle, 1993; Skinner, 1974). Por outro lado, queria mostrar por que razão ou razões os Kohlberguianos, em geral, se podem sentir bastante insatisfeitos com algumas das teses de Skinner (1948, 1953, 1971) sobre as questões da moralidade e da justiça. Entre elas, pode mencionarse a tese que sustenta que não há "absolutos" morais extensíveis a todos os indivíduos e culturas, na medida em que o valor moral de uma acção depende, em última análise, das suas consequências em termos de sobrevivência —da cultura ou da espécie, (i.e., orientação consequencialista ou utilitária), e não da sua maior ou menor conformidade a princípios éticos reversíveis e universalizáveis (i.e., orientação deontológica ou processualista). Isto é, da sua conformidade a princípios que, do ponto de vista do dever ser, continuaríamos a defender mesmo que trocássemos de posição no conflito de interesses em causa (reversibilidade), e que

¹ Este artigo é a versão de uma comunicação apresentada ao *VI Congresso Latini Dies* (Universidade de Guadalajara, México, 22-26 de Fevereiro de 1995), e integrada no Symposium "Conductismo: lecturas internas y lecturas externas", que foi organizado pelo Prof. Armando Machado, Universidade de Indiana, Estados Unidos. Matém, por isso, as marcas de oralidade da sua apresentação inicial. Agradeço ao Dr. Nuno Silva, Universidade de Lisboa, os comentários e sugestões que fez sobre uma versão inicial deste manuscrito. De igual modo, agradeço os comentários, sugestões e críticas feitas a uma versão inicial deste manuscrito por um crítico anónimo. Correspondência referente a este artigo deve ser endereçada a Orlando Lourenço, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Alameda da Universidade, 1600 Lisboa. (E-mail: Porlo@skull.cc.fc.ul.pt).

gostaríamos de ver seguidos por todos, sempre e em quaisquer circunstâncias (universalidade). Portanto, de princípios que, se seguidos, e sejam quais sejam as contingências que tenham levado à sua formulação, garantiriam justiça, igualdade e reciprocidade entre as pessoas (ver Habermas, 1979; Kant, 1785/1960; Rawls, 1971; Kohlberg, 1981; Lourenço, 1993, 1995; Zuriff, 1987).

A diferença entre a orientação *utilitária* da moral de Skinner e *deontológica* da moral de Kohlberg torna-se muito clara quando se conhecem, por exemplo, as oposições de um e de outro à punição enquanto modo de controlo ou prática de socialização. Se as descobertas de Skinner o tivessem convencido da eficácia da punição enquanto modo de controlo (e.g., diminuir a probabilidade da conduta), tudo leva a crer que ele não se lhe teria oposto, ou pelo menos oposto com tanta veemência. O facto de haver behavioristas, ainda que críticos de Skinner, que advogam o seu uso em certas circunstâncias, argumentando a seu favor que a investigação não tem corroborado a tese Skinneriana da suposta ineficácia do controlo aversivo (e.g., Staddon, 1993), mostra bem que não foram razões morais (i.e., o respeito incondicional pela dignidade da pessoa humana) que estiveram por detrás da oposição de Skinner à punição enquanto modo de controlo. Razões *morais* e de justiça (i.e., a aceitação incondicional da dignidade da pessoa humana) estão sim, por exemplo, por detrás de rejeição da punição e da condenação absoluta da pena de morte na teoria de desenvolvimento moral de Kohlberg (1981; Kohlberg, Boyd, & Levine, 1990). Por outras palavras, a orientação deontológica da teoria moral de Kohlberg considera que o valor moral de uma acção não depende tanto das suas consequências, ainda que para terceiros, como depende da sua conformidade a princípios morais que afirmam o valor incondicional da dignidade da pessoa humana. Ou seja, há acções (e.g., aplicar a pena capital) que são tidas como imorais em si mesmas. Considerações de carácter pragmático ou utilitário, como, por exemplo, a invocação da diminuição da criminalidade ou do aumento da probabilidade da sobrevivência dos indivíduos, jamais poderiam justificar a prática de tais acções, mesmo que essas considerações fossem apoiadas por dados empíricos (i.e., mesmo que viesse a confirmar-se que tais acções conduziam realmente às consequências desejadas). Contrariamente a esta orientação deontológica e "absolutista", a teoria moral de Skinner assume uma orientação nitidamente mais pragmática e mais relativista. Ou seja, as acções que podem ser consideradas morais não o são tanto por razões intrínsecas ou deontológicas como o são por razões extrínsecas e utilitárias. De outro modo, uma acção é tanto mais moral quanto mais resulta em benefícios para a sobrevivência de uma dada cultura ou espécie. Sendo assim, serão os resultados empíricos sobre as consequências das acções tidas como morais ou imorais, não os argumentos filosóficos sobre a sua maior ou menor legitimidade intrínseca, que devem ser

tomados em conta na definição da própria justiça e moralidade. Este ponto será elaborado ainda mais ao longo deste artigo.

Para completar esta nota introdutória, devo confessar que embora eu assumo, neste artigo, a defesa da moral Kohlberguiana (Kohlberg, 1971, 1976, 1980, 1981, 1984), quando em confronto com a moral Skinneriana (Skinner, 1948, 1953, 1971, 1974, 1978), o faço com muitas dúvidas e incertezas à mistura. Aliás, penso que as teses de Kohlberg e de Skinner sobre a moralidade partilham aspectos comuns, por mais que Kohlberg (1971) se tenha oposto com veemência às teses de Skinner, que acusa, por exemplo, de caírem no *relativismo ético* e na *falácia do naturalista*, ou seja, de tornarem a moralidade demasiado dependente do que é valorizado socialmente (i.e., relativismo ético), e de derivarem as questões normativas ou relativas ao “dever ser” (“ought”) de questões factuais ou relativas ao “ser” (“is”) (i.e., falácia naturalista), e por mais que Skinner (1971, 1977, 1978) tenha sido radical na sua oposição às teorias de estágio como as de Piaget (1983) ou de Kohlberg (1976), as quais, a seu ver, pela ênfase que concedem às estruturas cognitivas, pouco mais fazem do que afastar, quando não impedir, a análise funcional do comportamento cognitivo ou moral, ou seja, a identificação das contingências de reforço que lhes dão origem e os matêm.

ALGUNS ASPECTOS COMUNS

Embora não seja objectivo deste artigo apontar e reflectir sobre esses aspectos comuns (ver Gewirtz & Peláez-Nogueras, 1991, 1992), é curioso referir que o filósofo Henry D. Thoreau (1817-1862), autor do famoso ensaio sobre “A Desobediência Civil”, tenha sido apontado como um modelo moral tanto por Kohlberg (1981), que o menciona como alguém de moralidade *pós-convenicional*, ou orientada por princípios éticos reversíveis e universalizáveis, como por Skinner, que lhe dedicou a sua obra utópica *Walden II*. Este facto, provavelmente desconhecido por Kohlberg e por Skinner, mostra bem quanto as preocupações sociais de Skinner estão longe de ser conservadoras, como por vezes se dá a entender (e.g., Chomsky, 1972), e quanto a teoria moral de Kohlberg não constitui, ao contrário do que alguns defendem (e.g., Bandura, 1991; Mischel & Mischel, 1976), uma mera teoria sobre a cognição moral que quase ignora a conduta moral efectiva. E mostra também que Skinner e Kohlberg podem ter sido pouco justos na apreciação que cada um fez das teses do outro.

Em termos de aspectos comuns, as teorias de Skinner e de Kohlberg sobre a moralidade partilham, por exemplo, uma grande sensibilidade à injustiça

e à opressão, embora tal sensibilidade seja, por várias razões, mais facilmente reconhecida na obra do segundo que na do primeiro; ambas valorizam, embora por razões diferentes, as ideias de reforço positivo (Skinner) e de mérito (Kohlberg) mais do que as de punição e demérito; e ambas apelam para um certo interaccionismo do funcionamento moral, na medida em que as relações entre o sujeito e o meio originam resíduos de *experiência selectiva* (i.e., estruturas sociomorais, em Kohlberg; estímulos discriminativos, em Skinner), que influenciam a cognição/acção subsequente. Note contudo que se tornou habitual rotular a teoria de Kohlberg de individualista e estruturalista, e a de Skinner, de ambientalista e associacionista (ver Modgil & Modgil, 1985, 1987).

ALGUMAS DIFERENÇAS

Mas, como é obvio, as teses de Kohlberg e de Skinner sobre a moralidade divergem em aspectos essenciais. Divergem, por exemplo, em termos de fundamento teórico, com Skinner a propor uma fundamentação de tipo *biológico*, que apela para a selecção pelas consequências, ora a nível individual (i.e., contingências de reforço), ora a nível filogenético (i.e., contingências de sobrevivência), e Kohlberg a propor uma fundamentação de tipo *filosófico*, que remete para critérios formais de racionalidade, tais como integração, diferenciação e equilíbrio (ver Lourenço, 1992; Puka, 1991). Divergem também em termos de níveis de análise, com Skinner mais interessado numa análise *funcional* da conduta moral (i.e., relações de interdependência entre conduta moral e situações onde ocorre), e Kohlberg mais preocupado com a análise *estrutural* das diversas formas de juízo e raciocínio moral (i.e., identificação de estádios distintos de pensamento moral e operações de justiça: igualdade, universalidade, reciprocidade, equidade e "role-taking" prescritivo). E divergem ainda em termos de princípios últimos de moralidade para que apelam, com Skinner a assumir uma orientação nítida para o princípio da *utilidade social* (i.e., orientação pragmática e consequencialista), e Kohlberg a propor uma orientação para o princípio da *justiça* (i.e., orientação formal e deontológica).

RAZÕES DE INSATISFACÃO

Seja como for, no que se segue vou argumentar que um desenvolvimentista Kohlberguiano, por mais exacto e elegante que queira ser em relação às teses

Skinnerianas sobre a moralidade, tende a sentir-se bastante insatisfeito. E tanto mais quanto mais aceita, em consonância com a teoria de Kohlberg: 1) que virtudes não há muitas, mas uma apenas, a justiça, ou seja, o tratamento da pessoa como fim, nunca como meio; 2) que as concepções morais das pessoas podem ser hierarquizadas em termos da sua maior ou menor conformidade a esse princípio, sendo então possível distinguir três *níveis* de moralidade (moralidade pré-convencional, ou que rejeita as expectativas e convenções sociais do tipo, “só não roubo se houver hipótese de ser descoberto e castigado”; moralidade convencional, ou que atende às normas e código morais ou sociais do tipo “não roubo porque a lei manda respeitar a propriedade alheia”; e moralidade pós-convencional ou que considera que as normas e códigos só fazem sentido quando estão ao serviço da dignidade da pessoa humana do tipo “uma sociedade que condena à morte, seja por que razões for, é injusta à partida”). Como é sabido, na teoria de Kohlberg (1984) cada nível de moralidade comporta dois *estádios* de pensamento moral: orientação para o castigo e obediência (estádio 1); orientação instrumental, hedonista e calculista (estádio 2); orientação para a aprovação social (estádio 3); orientação para a lei e ordem democráticas (estádio 4); orientação para o contrato social e para o maior bem do maior número (estádio 5); e orientação para os princípios éticos prescritivos, reversíveis e universalizáveis (estádio 6). Finalmente, um Kohlberguiano tende a aceitar que “quem conhece o bem escolhe o bem” (ver Kohlberg, 1971, 1984; Kurtinez & Gewirtz, 1984, 1991).

Em primeiro lugar, um desenvolvimentista Kohlberguiano sente-se insatisfeito com as teses de Skinner sobre a moralidade porque, como já vimos, não são razões morais mas *pragmáticas* que estão por detrás da oposição de Skinner ao controlo aversivo enquanto modo de controlo.

Em segundo lugar, um desenvolvimentista Kohlberguiano é levado facilmente a pensar que as teses epistemológicas de Skinner sobre a moralidade apontam para uma noção muito frouxa e *complacente* de comportamento moral, na medida em que, dadas as teses antimentalistas de Skinner (1977), existe a tendência para desprezar, ou pelo menos minimizar, as intenções ou razões (cognitivas) que estão por detrás da acção moral. E por mais que seja verdade que tais cognições resultem de histórias de reforço passadas, isso não significa que tais cognições, por um lado, e o seu nível de organização, por outro, não possam ser tomadas como indicativo da maior ou menor moralidade das acções a que estão associadas, o que parece ser rejeitado pela teoria de Skinner. É por isso que um Kohlberguiano, defendendo embora, e ao invés do que por vezes se diz (e.g., Bandura, 1991), que uma acção não passa a ser moral apenas pelo facto do seu autor acreditar que o é, afirma também que “não é possível nenhuma explicação [compreensão] do comportamento moral sem a

inclusão do raciocínio que levou [se associa] a tal conducta” (Kohlberg, 1984, p. 555). Por exemplo, não copiar num exame por “razões de consciência” é, do ponto de vista moral, completamente diferente de não fazê-lo por “razões de prudência”. Argumentar como os Skinnerianos, que ambos os tipos de razões/comportamento traduzem afinal contingências de reforço, é por um lado muito global e genérico, e por outro nada altera quanto á legitimidade de se utilizarem tais razões como critério da maior ou menor moralidade das acções associadas a tais razões.

Afirmar contudo que as teses de Skinner propõem uma concepção demasiado complacente da moralidade não significa sustentar, como alguns dão a entender (ver Richelle, 1993), que tais teses apontam apenas para uma moralidade de tipo pré-convencional, como poderíamos ser levados a pensar se determinadas afirmações Skinnerianas, como, por exemplo, aquela que parece identificar o “bem” com os reforçadores positivos, e o “mal” com os negativos (Skinner, 1971, p. 107), fossem tomadas literalmente. Na verdade, nos escritos filosóficos e sociais de Skinner (1948, 1971), existem, ao lado de afirmações desse género, outras que lembram uma moralidade convencional, isto é, que valorizam o que é bom e reforçante para a sociedade, não necessariamente para o indivíduo, e mesmo afirmações que lembram uma moralidade pós-convencional, ou seja, que valorizam o que é bom para a sobrevivência da espécie e, portanto, que valorizam o maior bem para o maior número. Do meu ponto de vista, contudo, embora se possa descortinar uma moralidade pós-convencional nas teses filosófico-sociais de Skinner, ela parece ser, em termos Kohlberguianos, de estágio 5 (i.e., maior bem para o maior número), não de estágio 6 (i.e., recusa em tratar o outro como meio, mesmo que isso contribua para o maior bem do maior número, como por vezes se argumenta para defender a pena de morte). Inútil dizer que a teoria moral de Kohlberg seria completamente desvirtuada se fosse expurgada do seu estágio 6. (ver Kohlberg, Boyd & Levine, 1990).

Em terceiro lugar, um desenvolvimentista Kohlberguiano é também levado a pensar que as teses de Skinner sobre a moralidade esbatem o sentido de *obrigação moral* e, portanto, a diferença entre a justiça e a injustiça. De outro modo, dada a oposição de Skinner (1971) à ideia de autonomia, ou seja, a sua convicção de que, em termos de controlo, não é “a pessoa que actua sobre o mundo, [mas] o mundo que actua sobre a pessoa” (p. 206), então, do ponto de vista psicológico, parece haver pouco, se algum, lugar para a responsabilidade. Sendo assim, parece não fazer muito sentido falar em obrigações morais, e também em mérito e demérito, ou justiça e injustiça. Com efeito, qual a lógica de se responsabilizar um indivíduo por acções que estão relativamente fora do seu controlo e autonomia? Isto é, se um organismo está sempre, em última

análise, exibindo a resposta mais provável em termos de história de reforço passada, então não faz muito sentido responsabilizá-lo pelas suas ações morais ou imorais!...

Atrevo-me a sugerir que uma maneira de dar lugar à autonomia e à correlativa responsabilidade, sem contudo negar a influência, mesmo que poderosa, das contingências de reforço, é aceitar que o sujeito, pelo nível de funcionamento cognitivo a que pode aceder, é capaz de influenciar as próprias contingências que o controlam, que passariam, assim, a ser também controladas pela acção consciente do sujeito. Mas Skinner quis manter-se deliberadamente *antimentalista*, e por razões pragmáticas (i.e., o apelo aos estados mentais desvia-nos da análise das variáveis do ambiente), metodológicas (i.e., os acontecimentos privados são de acesso difícil) e conceptuais (i.e., oposição ao dualismo corpo-mente), recusou sempre conferir qualquer estatuto “causal” às cognições, por mais ténue e distal que esse estatuto “causal” pudesse ser (ver Delprato & Midgley, 1992; Killn, 1987). Parece também que Skinner, no seu esforço vigoroso para afastar a ideia de comportamento controlado pelo “capricho”, terá reduzido o comportamento “causado” ao comportamento “causado” apenas pelo exterior. O que é bem discutível! Além disso, ainda se poderia dizer que, do ponto de vista epistemológico, Skinner terá confundido causalidade e condicionalidade (ver Lourenço e Machado, 1995; Ricco, 1993), ou seja, relação contingente e relação necessária entre fenómenos. De outro modo, por mais que Skinner fale de causas e efeitos no âmbito da sua análise experimental do comportamento, as relações funcionais que identificou, por muito importantes que sejam, são relações de condicionalidade, não de causalidade. Ainda de outro modo, quando um comportamento se torna mais provável pelo facto de ter sido seguido por um determinado reforçador, a relação entre este reforçador e aquela classe de comportamentos é de mera suficiência ou condicionalidade, não de necessidade ou causalidade. Para ser uma relação de causalidade teríamos de demonstrar que esse comportamento em jogo só aparecia na presença de tal reforçador e nunca em nenhuma outra circunstância, o que está longe de ser verdade mesmo de um ponto de vista Skinneriano.

Consistente na sua oposição ao castigo em consequência da sua negação da autonomia (e responsabilidade), Skinner (1971) terá sido *contraditório* quando, depois de acentuar que “as coisas são boas (positivamente reforçantes) ou más (negativamente reforçantes) presumivelmente devido às contingências de sobrevivência sob as quais a espécie evoluiu” (p. 104), propôs a sobrevivência —da cultura ou da espécie— como valor (moral) último e definitivo. Portanto, Skinner começou por advogar um relativismo ético, na medida em que ligou os conceitos de “bem” e de “mal” a histórias passadas de

contingências, para propor depois um certo “absolutismo” moral, que nunca justificou como ele próprio, aliás, reconheceu: “Não me perguntem por que razão eu quero que a humanidade sobreviva. Digo-o no mesmo sentido em que o fisiologista nos diz por que queremos respirar” (Rogers & Skinner, 1956, p. 1065).

Além de notar que Skinner, afinal, caiu na doença que quis combater (i.e., propôs “absolutos” morais que era suposto não poderem ser estipulados), um Kohlberguiano tenderá ainda a dizer, em quinto lugar, que Skinner, começando por cometer a falácia naturalista, na medida em que quis derivar a moralidade a partir da natureza, ou as questões do “dever ser” a partir das questões do “ser” (ver Kohlberg, 1971; Staddon, 1993; Zuriff, 1987), sentiu necessidade, ele próprio, de se afastar de tal falácia. Ou seja, ter-se-á apercebido que a sua ideia de “bem” em termos do que foi reforçado no passado não podia constituir qualquer guia de acção moral, já que “a priori”, e com excepção de alguns reforçadores de tipo biológico, nunca se sabe o que é reforçante para um sujeito. Por isso ele terá proposto a sobrevivência —da cultura ou da espécie— como o último e definitivo valor (moral). Além de perguntar por que razão determinada cultura (e.g., cultura Nazi) deve sobreviver, ou mesmo se seria justo em nome da sobrevivência da espécie sacrificar vidas e vidas, um Kohlberguiano tenderá ainda a objectar que o princípio da justiça, ou do tratamento da pessoa como um fim em si mesma e não como meio, fornece guias de acção moral que não estão especificadas no critério da sobrevivência da cultura ou da espécie. Por exemplo, parece que a sobrevivência como critério não ajuda as pessoas a resolverem questões éticas com que se confrontam na vida do dia-a-dia, tais como, declarar ou não todos os rendimentos sujeitos a imposto, copiar ou não numa prova de exame, apoiar ou não a causa de um povo em luta ou qualquer outra forma de acção afirmativa, ou decidir ou não abortar. Além disso, como saber de antemão o que contribuirá ou não para a sobrevivência de determinada cultura ou da espécie? (Ver também Garrett, 1987; Staddon, 1993; Zuriff, 1987).

Em sexto lugar, um desenvolvimentista Kohlberguiano tende a sentir-se insatisfeito com as teses de Skinner sobre a moralidade porque tem dificuldade em aceitar que o princípio da utilidade social, ainda que entendido como o maior bem para o maior número, seja o princípio moral básico. É que pode haver situações, como aquela onde algumas vidas teriam de ser sacrificadas para evitar a perda de outras (e.g., certas situações hospitalares) onde a aplicação de tal princípio levaria a que certas vidas tivessem prioridade sobre outras, sendo isso uma violação fundamental do princípio de justiça, ou da igualdade e reciprocidade entre as pessoas. Aliás, mesmo do ponto de vista Skinneriano, a aplicação do princípio da utilidade social pode comprometer a existência de

contracontroles que procuram evitar a injustiça e a opressão por parte de quem detém o poder e o controlo.

Um desenvolvimentista Kohlberguiano pode ainda ter bastante dificuldade em compreender por que razão ou razões Skinner foi tão crítico em relação ao conceito de *estádio*, que é um conceito descritivo antes de tudo (ver Chapman, 1988). Ou seja, um conceito que pretende, por exemplo, descrever formas organizadas de pensar as questões da moralidade. E sejam quais sejam as contingências de reforço que conduzam a essas formas de juízo ou de raciocínio moral (i.e., estádios), nem por isso a sua identificação deixa de ser legítima e valiosa. Que mais não seja, um Skinneriano pode, depois de identificadas, investigar quais as contingências de reforço que as originaram! O facto de tais formas de raciocínio estarem, em geral, associadas a certas idades, e o facto das formas mais elaboradas serem praticamente impossíveis de ensinar a sujeitos de certas idades em períodos de tempo relativamente limitados (ver Berkowitz, Gibbs, & Broughton, 1980), ainda deve ser mais desafiante para um behaviorista. Seja como seja, para um desenvolvimentista Kohlberguiano ou Piagetiano, a idade não é, ao invés do que os behavioristas dão muitas vezes a entender (e.g., Bijou & Baer, 1978), um critério, mas apenas um *indicador* de desenvolvimento (moral, cognitivo, ou outro). Deste ponto de vista, convém notar que quando Skinner (1971) afirma que “no caso da criança, não necessitamos de esperar pela passagem do tempo para modificar as coisas que nele acontecem” (p. 139), ele não está a dizer nada que não pudesse ser dito por um desenvolvimentista de formação Kohlberguiana ou Piagetiana. Como convém dizer que, de modo geral, quando os desenvolvimentistas falam de *estádio* em termos explicativos estão a referir-se a uma explicação de tipo *estrutural* (i.e., que apela para causas formais ou nível de organização), não de tipo *funcional* (i.e., que apela para relações entre antecedentes e consequentes), embora tal distinção tende a ser esquecida pelos behavioristas.

Uma outra razão que leva os Kohlberguianos a sentir-se insatisfeitos com as teses Skinnerianas sobre a moralidade é facto de os behavioristas tenderem a interpretar erradamente a afirmação de Kohlberg (1971) de que “quem conhece o bem escolhe o bem” (p. 232). Podendo discordar-se dessa afirmação e aceitando que ela é susceptível de teste empírico, importa saber em primeiro lugar o que Kohlberg quis expressar e defender quando a disse. Com essa afirmação Kohlberg não quis dizer, como alguns pensam (e.g., Mischel & Mischel, 1976), que sempre exibimos a acção moral que julgamos dever praticar. Kohlberg (1971) quis antes dizer que os sujeitos de moralidade pós-convencional (os únicos que, na sua teoria, conhecem propriamente o bem) são os mais consistentes, ou seja, aqueles que mais fazem o que acham que deve ser feito. E a pesquisa tem mostrado, de facto, que a consistência entre a

cognição e a acção moral tende a aumentar à medida que se progride no estágio de raciocínio moral (ver Kohlberg & Candee, 1984; McNamee, 1978). Contudo, mesmo na teoria de desenvolvimento moral de Kohlberg, essa consistência não quer dizer que os juízos verbais referidos às obrigações morais (i.e., juízos deónticos) sejam a “causa” directa de acção moral a que podem estar associados. As seguintes palavras de Kohlberg (1971) mostram bem quanto a sua afirmação — “quem conhece o bem escolhe o bem” — tem sido mal interpretada: “O que nós dizemos não é que as pessoas fazem, em dada situação moral, o que acham que deve ser feitos quando estão dora dela, mas sim que a maturidade do pensamento moral prediz a maturidade da acção moral” (p. 228). Em segundo lugar, a afirmação “quem conhece o bem escolhe o bem” mostra também que a teoria moral de Kohlberg não é, como os behavioristas dão por vezes a entender, uma teoria apenas preocupada com a forma do raciocínio, e sem nenhum interesse pela moralidade da conduta. De facto, Kohlberg argumentava que ser orientado por princípios morais (reversíveis e univeralizáveis) não significa “ver princípios” de um ponto de vista cognitivo. Significa antes: a) ver a sua adequação moral, não obstante o facto de não serem uma realidade social que possamos constatar; b) ver ideais com os quais nos podemos comprometer, e, c) assumir, ao mesmo tempo, um compromisso em relação a uma sociedade real onde agiremos de acordo com esses ideais (ver Higgins, 1991, p. 39).

PALAVRAS FINAIS

Para terminar de acordo com o título do Simpósio onde este texto foi inicialmente apresentado, é verdade que as teses de Skinner sobre os valores têm sido vistas muitas vezes a partir de fora, antes de serem compreendidas a partir de dentro. Nesse processo, elas têm estado sujeitas ao que Darwin (1872/1962, p. 421) chamou “o grande poder da distorção.” (Ver também Rakos, 1992). Os behavioristas em geral, e os Skinnerianos em especial, têm certamente bastante razão quando se queixam disso (ver Richelle, 1993; Todd & Morris, 1992). Mas não devem pensar que são os únicos a sofrer distorção, nem que eles próprios também não distorcem as teorias dos outros. O Professor Armando Machado, ao convidar para este Simpósio participantes de orientações epistemológicas diversas (Profesores Marc Richelle, Bélgica; John Staddon, Estados Unidos; Giulio Bolachi, Itália; e eu próprio, de Portugal), quis bem salientar que é melhor procurar a verdade do que possui-la. Só que procurar a verdade pressupõe, em certa medida, a aceitação implícita de que a verdade existe e de que i é bom possuí-la!...

Embora me sinta um desenvolvimentista formado na tradição Kohlberguiana e Piagetiana (Lourenço, 1992, 1994), sinto-me também muito atraído pelo behaviorismo enquanto filosofia da ciência da análise experimental do comportamento. Devo confessar, contudo, que nessa espécie de conflito de apetência-apetência, ainda opto, talvez por contingências de reforço, pela teoria de desenvolvimento moral de Kohlberg. Sobretudo pelas seguintes cinco razões. Primeiro, porque essa teoria recusa classificar uma acção como moral ou imoral sem conhecer as *intenções* ou razões cognitivas (i.e., estágio de raciocínio moral) associadas a essa acção. Embora um Kohlberguiano não tenha qualquer dificuldade em chamar comportamentos tais intenções ou razões, em assumir que essas razões não são a “causa” de tal acção, ou mesmo em aceitar que a acção moral e a cognição moral são geradas pelas mesmas condições (i.e., interacção permanente entre o indivíduo e o meio), continuará a defender a importância da avaliação de tais razões como algo de central para a classificação de um dado comportamento como uma acção moral (ou imoral).

Segundo, porque ao assumir “a priori” a obrigatoriedade de um *princípio moral básico* (i.e., princípio de justiça ou do respeito incondicional da dignidade da pessoa humana), a teoria moral de Kohlberg não cai na contradição epistemológica de propor “absolutos” morais recusados à partida, nem na falácia do naturalista que recusa tais “absolutos morais” porque eles não existem factualmente. Ou seja, essa teoria assume a obrigatoriedade de um princípio moral básico ou do respeito incondicional pela dignidade da pessoa, princípio que fundamenta (filosoficamente) mas não se esgota em atitudes ou comportamentos concretos, e que deve ser defendido por mais violado que seja nas diferentes interacções entre os membros de uma determinada cultura. Isto é, um Kohlberguiano tende a argumentar que procurar a origem do sentido de obrigação moral (como da necessidade lógica) na análise das contingências históricas e sociais é uma causa epistemologicamente difícil, quando não perdida, porque o sentido de obrigação moral, ao dizer-nos como devem ser, não como são, certas acções, exige a coordenação dedutiva (e racional) de regularidades históricas e sociais, e não apenas a constatação da sua sucessão, contingência ou correlação.

Terceiro, porque ao erigir a *justiça* em princípio moral básico, a teoria moral de Kohlberg estabelece limites e contracontroles ao princípio da utilidade social, todos nós sabendo que a ideia do maior bem para o maior número tem sido utilizada, muitas vezes, para oprimir as minorias e impedir o controlo do poder, e sabendo nós também que o ideal da justiça sempre considera o outro um fim, não um simples meio.

Quarto, porque essa teoria foi capaz de definir, de um ponto de vista estrutural, formas distintas de pensamento ou *raciocínio moral*, formas que

além de serem em si mesmas um tema interessante de pesquisa empírica e reflexão teórica podem ser tomadas também como índices de moralidade.

Finalmente, a teoria moral de Kohlberg veio mostrar que o tratamento científico da moralidade pode ser conduzido segundo uma perspectiva *diferente* da seguida pelo behaviorismo radical. Ou seja, conduzido de modo a que tónica recaia mais na cognição moral do que na acção moral, e mais na análise estrutural do que funcional da moralidade. Vale a pena dizer, contudo, que ambas as abordagens (i.e., Skinneriana e Kohlberguiana) analisam a moralidade fora de perspectivas fundamentalistas e confessionais que facilmente aparecem quando ela se constitui em objecto de reflexão teórica ou de controlo da conduta humana (ver Kohlber & Ryncarz, 1990; Skinner, 1971), e que facilmente levam à injustiça mais do que à justiça. Penso aliás que Kohlberg compreendeu que a luta pela defesa da liberdade e da dignidade humana passa por posições morais, não propriamente por posições “moralistas”. Como penso também que é essa uma das principais mensagens da obra profundamente humanista de Skinner (1971) “Para além da liberdade e da dignidade”. Se ela não é entendida assim, a responsabilidade é de alguns dos seus detractores, mas também do estilo assumidamente polémico e conflitual de Skinner. O que aprecio e compreendo!...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bandura, A. (1991). Social cognitive theory of moral thought and action. In W. Kurtines & J. Gewirtz (Eds.), *Handbook of moral behavior and development, Vol. 1* (pp. 45-103). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Berkowitz, L., Gibbs, J., & Broughton, J. (1980). The relation of moral judgment stage disparity to developmental effects of peer dialogues. *Merril-Palmer Quarterly*, 26, 341-357.
- Bijou, S., & Baer, D. (1978). *Behavior analysis of child development*. New York: Prentice-Hall.
- Chapman, M. (1988). *Constructive evolution*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Chomsky, N. (1972). Psychology and ideology. *Cognition*, 1, 1-46.
- Darwin, C. (1872/1962). *On the origins of species* (6th ed.). New York: Collier Books.
- Delprato, D., & Midgley, B. (1992). Some fundamentals of B. F. Skinner's behaviorism. *American Psychologist*, 47, 1507-1520.
- Dinsmoor, J. (1992). Setting the record straight: The social views of B.F. Skinner. *American Psychologist*, 47, 1454-1453.
- Garrett, R. (1987). Practical reason and science of morals. In S. Modgil & C. Modgil (Eds.), *B. F. Skinner: Consensus and controversy* (pp. 319-327). New York: Falmer Press.
- Gewirtz, J., & Peláez-Nogueras, M. (1991). Proximal mechanisms underlying the acquisition of moral behavior patterns. In W. Kurtines & J. Gewirtz (Eds.), *Handbook of moral behavior and development, Vol. 1* (pp.153-182). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Gewirtz, J., & Peláez-Nogueras, M. (1992). B.F. Skinner's legacy to human infant behavior and development. *American Psychologist*, 47, 1411-1422.
- Habermas, J. (1979). *Communication and the evolution of society*. Boston: Beacon Press.

- Higgins, A. (1991). Lawrence Kohlberg: The vocation of a moral psychologist and educator. Part II. In W. Kurtines & J. Gewirtz (Eds.), *Handbook of moral behavior and development, Vol. 1* (pp. 35-43). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Kant, I. (1960). *A fundamentação da metafísica dos costumes*. Coimbra: Atlântida (trabalho original publicado em 1785).
- Killeen, P. (1987). Emergent behaviorism. In S. Modgil & C. Modgil (Eds.), *B. F. Skinner: Consensus and controversy* (pp. 219-234). New York: Falmer Press.
- Kohlberg, L. (1971). From is to ought: How to commit the naturalistic fallacy and get away with it in the study of moral development. In T. Mischel (Ed.), *Cognitive development and epistemology* (pp. 151-235). New York: Academic Press.
- Kohlberg, L. (1976). Moral stages and moralization: The cognitive developmental approach. In T. Lickona (Ed.), *Moral development and behavior* (pp. 31-53). New York: Holt, Rinehart, & Winston.
- Kohlberg, L. (1980). High school democracy and educating for a just society. In R. Mosher (Ed.), *Moral education: A first generation of research*. New York: Praeger.
- Kohlberg, L. (1981). *Essays on moral development. The philosophy of moral development*. New York: Harper & Row.
- Kohlberg, L. (1984). *Essays on moral development: The psychology of moral development*. New York: Harper & Row.
- Kohlberg, L., Boyd, D., & Levine, C. (1990). The return of stage 6: Its principle and moral point of view. In T. Wren (Ed.), *The moral domain: Essays in the ongoing discussion between philosophy and the social sciences* (pp. 151-181). London: MIT Press.
- Kohlberg, L., & Candee, D. (1984). The relationship of moral judgment to moral action. In W. Kurtines & J. Gewirtz (Eds.), *Morality, moral behavior, and moral development* (pp. 52-106). New York: Wiley.
- Kohlberg, L., & Ryncarz, R. (1990). Beyond justice reasoning: Moral development and consideration of a seventh stage. In C. Alexander & A. Langer (Eds.), *Higher stages of human development* (pp. 191-207). New York: Oxford University Press.
- Kurtines, W. & Gewirtz, J. (1984)(Eds.). *Morality, moral behavior, and moral development*. New York: Wiley.
- Kurtines, W., & Gewirtz, J. (1991) (Eds.), *Handbook of moral behavior and development, Vols. 1, 2, 3*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Lourenço, O. (1992). *Psicologia do desenvolvimento moral: Teoria, dados e implicações*. Coimbra: Almedina.
- Lourenço, O. (1993). Em defesa da moral Kohlberguiana: Só entra quem souber Geometria! *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 27, 291-314.
- Lourenço, O. (1994). *Além de Piaget? Sim, mas devagar!...* Coimbra: Almedina.
- Lourenço, O. (1995). Narrative approaches to moral development from a Kohlbergian viewpoint: Some doubts, answers, and reflections. *Human Development* (in press).
- Lourenço, O., & Machado, A. (1995). In defense of Piaget's theory: A reply to ten common criticisms. *Psychological Review* (in press).
- McNamee, S. (1978). Moral behavior, moral development and motivation. *Journal of Moral Education*, 7, 27-32.
- Mischel, W., & Mischel, H. (1976). A social-cognitive learning approach to morality and self-regulation. In T. Lickona (Ed.), *Moral development and behavior* (pp. 84-107). New York: Holt, Rinehart, & Winston.
- Modgil, S., & Modgil, C. (1985). *Lawrence Kohlberg: Consensus and controversy*. New York: Falmer Press.
- Modgil, S., & Modgil, C. (1987). *B.F. Skinner: Consensus and controversy*. New York: Falmer Press.

- Piaget, J. (1983). Piaget's theory. In P. Mussen (Ed.), *Handbook of child psychology, Vol. 1* (pp. 103-128). New York: Wiley.
- Puka, B. (1991). Toward the redevelopment of Kohlberg's theory: preserving essential structure, removing controversial content. In W. Kurtinec & J. Gewirtz (Eds.), *Handbook of moral behavior and development, Vol 1* (pp. 373-393). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Rakos, R. (1992). Achieving the just society in the 21st century: What can Skinner contribute? *American Psychologist, 47*, 1499-1506.
- Rawls, J. (1971). *Theory of justice*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Ricco, R. (1993). Revising the logic of operations as a relevance logic: From hypothesis testing to explanation. *Human Development, 36*, 125-146.
- Richelle, M. (1993). *B.F. Skinner: A reappraisal*. Hove: Lawrence Erlbaum.
- Rogers, C., & Skinner, F., (1956). Some issues concerning the control of human behavior: A Symposium. *Science, 124*, 1057-1066.
- Skinner, F. (1948). *Walden II*. New York: The MacMillan Company.
- Skinner, F. (1953). *Science and human behavior*. New York: The MacMillan Company.
- Skinner, F. (1969). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New York: Appleton Century Crofts.
- Skinner, F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York: Penguin Books.
- Skinner, F. (1974). *About behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, F. (1977). Why I am not a cognitive psychologist. *Behaviorism, 5*, 1-10.
- Skinner, F. (1978). *Reflections on behaviorism and society*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Staddon, J. (1993). *Behaviorism: Mind, mechanism and society*. London: Duckworth.
- Todd, J., & Morris, E. (1992). Case histories in the great power of steady misrepresentation. *American Psychologist, 47*, 1441-1453.
- Zuriff, R. (1987). Naturalist ethics. In S. Modgil & C. Modgil (Eds.), *B.F. Skinner: Consensus and controversy* (pp. 309-318). New York: Falmer Press.

RESUMO

Além de se apresentar como uma análise experimental (científica) do comportamento, o behaviorismo Skinneriano assume-se também como a filosofia dessa ciência e, portanto, defende determinadas teses filosóficas e sociais relacionadas com o tema da justiça e da moralidade. Embora rejeitando as críticas simplistas e injustas que muitas vezes são feitas às teses de Skinner sobre os valores e a moralidade, este artigo assume explicitamente a defesa da teoria moral de Kohlberg quando em confronto com a teoria moral de Skinner. De outro modo, argumenta-se que a teoria de Skinner: 1) rejeita a punição não por razões morais, mas por supostas razões de ineficácia; 2) aponta para uma noção muito complacente da moralidade na medida em que, por razões "es antimentalistas, tende a minimizar as razões cognitivas por detrás da acção moral; 3) esbate o sentido de obrigação moral em consequência da negação da ideia de autonomia e de responsabilidade; 4) cai na falácia naturalista ao querer derivar as questões normativas ou do dever ser a partir de factos, e cai também em contradição ao propor "absolutos" morais que era suposto não poderem ser estabelecidos; 5) assume uma orientação utilitária ou pragmática em detrimento de uma orientação deontológica ou processualista; 6) tende a dar pouca, se alguma, importância aos estádios de raciocínio moral identificados por Kohlberg; e, 7) tende a interpretar erradamente a tese de Kohlberg de que "quem conhece o bem escolhe o bem".

Palavras-chave: justiça, moralidade, acção moral, cognição moral, Kohlberg, Skinner.

ABSTRACT

In addition to being an experimental (scientific) analysis of behavior, Skinner's behaviorism is also the philosophy of that science, and hence it takes on a set of philosophical assumptions related to justice and morality. Although rejecting some violent, unjustified, and passionate criticisms addressed to Skinner's person and views on moral questions, this paper assumes explicitly the defense of Kohlberg's theory of moral development when compared with Skinner's ideas and perspectives. I argue that 1) Skinner's opposition to punishment is based on pragmatic, not on moral considerations; 2) he maintains too complacent an idea of morality; 3) he tends to overlook the idea of moral obligation; 4) he falls into the naturalistic fallacy; 5) he gives too great an emphasis to utilitarian considerations to the detriment of justice as a moral principle; 6) his views on Kohlberg's stages of moral reasoning may run the risk of being at variance with what they are supposed to be; and, 7) Skinner tends to misunderstand Kohlberg's claim that "he who knows the good chooses the good".

Key-words: Justice, morality, moral action, moral cognition, Kohlberg, Skinner.